

NOTAS CIENTÍFICAS GEOGRAFIA E MOBILIDADE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

ADRIANO AMARO DE SOUSA

Doutor em Geografia, docente na Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba,
Itaquaquecetuba, SP¹
adramaro@yahoo.com.br

RESUMO: A mobilidade populacional foi a mola propulsora para esta pesquisa científica de doutoramento², tendo centralidade nos deslocamentos espaciais, em virtude das múltiplas trajetórias do *nikkei* na porção Oeste do Estado de São Paulo, visando uma dinâmica territorial pela tríade colonização-migração-natureza. Mas, nesta nota, procuraremos nos prender somente na questão das primeiras aproximações da geografia com o conceito de mobilidade(s) pelos clássicos da geografia.

Palavras-chave: Geografia; mobilidade; território; *nikkei*.

SCIENTIFIC NOTES - GEOGRAPHY AND MOBILITY: FIRST APPROACHES

ABSTRACT: Population mobility was the driving force for this doctoral scientific research, having centrality in spatial displacements, due to the multiple trajectories of the *nikkei* in the western portion of the State of São Paulo, aiming at a territorial dynamic through the colonization-migration-nature triad. But, in this note, we will try to focus only on the question of the first approximations of geography with the concept of mobilities by the geography classics.

Keywords: Geography; mobility; territory; *nikkei*.

NOTAS CIENTÍFICAS - GEOGRAFÍA Y MOVILIDAD: PRIMEROS ENFOQUES

Resumen: La movilidad poblacional fue la fuerza impulsora para esta investigación científica doctoral, teniendo centralidad en los desplazamientos espaciales, llevando en cuenta las múltiples trayectorias de los *nikkei* en la porción Oeste del Estado de São Paulo, apuntando a una dinámica territorial pela tríada colonización-migración-natureza. Sin embargo, en esta nota, buscamos atentarse solamente a las primeras aproximaciones de la geografía con el concepto de movilidades por parte de los clásicos de esta ciencia.

Palabras clave: Geografía; movilidad; territorio; *nikkei*.

Doravante, partiremos dos clássicos do pensamento geográfico (Ratzel e Monbeig) para compreendermos a mobilidade geográfica (Sorre) na dinâmica populacional de uma região que está se inserindo no mercado capitalista paulista do século XX.

Nesse sentido, o trabalho seminal (ou mais consistente) sobre mobilidade na geografia tem referência em Max Sorre, que compreende a mobilidade como de objetos (transportes) e de pessoas (deslocamentos humanos). Cabendo a este último, o termo rico em análises para trabalhar com os conceitos de nomadismo e de migração. Já os objetos são meios que favorecem a circulação e o povoamento da Terra (ocupação ou colonização) através dos oceanos e dos continentes. Sorre (1984), por sua vez, desenvolve uma teoria geográfica para as ciências sociais tendo como base o movimento no “território³”.

¹ Endereço para correspondência: Rua Tabatinguera, 350 – Apto. 16 – Liberdade, CEP 01020-000 – São Paulo-SP.

² Esta pesquisa foi intitulada de “*Geografia e mobilidade social: o nikkei como profissional liberal em Presidente Prudente/SP*” sob a orientação do Professor Dr. Eliseu Savério Sposito, defendida em 09/05/19.

³ A palavra “território” com aspas significa que, Sorre (1984) não trabalha explicitamente com o conceito território, mas com o conceito de paisagem e de região. Por meio dele, apreendemos um território via o ecúmeno dos homens, cuja ocupação do espaço tem noção de domínio (controle/limite) e apropriação (ocupação e permanência), no qual, explico mais para frente nesse mesmo sub-item.

O que a terra encerra? Evidentemente, o homem e suas obras. Existe uma geografia humana como existe uma geografia botânica e uma geografia zoológica. Para todas, a noção de domínio, de área e de extensão é essencial, pois são geografias, disciplina do espaço. Os gregos denominavam o ecúmeno à área de extensão do homem. Estas palavras abarcam dois elementos associados: a ideia de um espaço terrestre com limites e a ideia de ocupação pelo homem, esta última implicando fixação, estabilidade. E nos deparamos pela primeira vez com o tema fundamental do arraigamento ao solo, da permanência (p. 126).

As ciências da natureza e as ciências do(s) homem(ns) conhecem os fenômenos da mobilidade e da permanência, sejam pelas explicações históricas ou pelas explicações ecológicas, abarcando o movimento da vida humana ou animal/vegetal. Ambas têm abordagens no território sendo o homem o mais dotado de mobilidade. Porém, a análise geográfica como nos propõe Sorre (1984), procura aproximar sociedade e natureza, tendendo mais para a geografia humana⁴ com o conceito de permanência quando ocorre o equilíbrio/estabilidade entre *habitat* e recurso. Assim, “*o estudo dos vínculos entre homem e meio – as ações, relações, interações – explica o fenômeno do arraigamento*” (SORRE, 1984 p. 127). Sendo o ecúmeno a expressão de apropriação e de solo habitável, transformada pela ação do homem se configurando em espaço geográfico, dando possibilidades de territorialização aos migrantes no território (SOUSA, 2016).

O conceito de “território” que podemos apreender em Sorre (1984) esteve associado ao apego/fixação do homem ao solo na efetivação da vida humana e as suas relações com os recursos naturais, porém, o mesmo estava mais próximo do conceito de região da geografia possibilista. Desse modo, embrionariamente, temos uma noção de concepção de “território” em Sorre iniciada a partir da geografia humana, como disciplina do espaço que tem no domínio e na extensão de áreas (por limites) a efetivação da ocupação do homem. Ou seja, aproximando-se relativamente do conceito que conhecemos como território hoje (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007), tanto como apropriação (ocupação) quanto dominação (poder), mas o conceito em Sorre é areal e material. Posteriormente, o conceito de território na geografia ganha fôlego via uma abordagem área-rede, multiescalar e (i)material do território influenciada em Deleuze e Guatarri.

Por sua vez, a base da qual extraímos sumariamente o conceito de território em Sorre (1984) tem centralidade no tripé equilíbrio-*habitat*-recurso pela perspectiva vidaliana do conceito de gênero de vida. Por gênero de vida, Sorre entende que são os elementos que dão a coesão interna de um grupo via acúmulo de técnicas efetivadas em um determinado território-região/solo-meio. Nesse período, o conceito de território vigente e consolidado era o de Ratzel⁵ da escola alemã determinista, que difere do simulacro de “território” que apontamos em Sorre, pois Ratzel entende o território como solo e como Estado-Nação numa perspectiva geopolítica. Já Sorre compreende o “território” como lócus do arraigamento para as condições de vida econômico-político-cultural numa escala regional: pela diferenciação de áreas intra-nacionais e pela valorização da paisagem. Ademais, Ratzel tem uma concepção

⁴ “A geografia humana é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre [paisagens humanas]. É a descrição do ecúmeno” (SORRE, 2008, p. 137). De modo geral, a “Geografia, no sentido etimológico, significa descrição da terra. E com um consenso geral, da Terra, contudo o que contém e do que é inesperável, de tudo o que vive na superfície e a alma, da humanidade que a transforma e enriquece com traços novos. Pensando nessa última, os gregos falavam do ecúmeno”. (SORRE, 2008, p. 137).

⁵ O pensamento de “[...] Ratzel dá uma importância central ao território na solidez do Estado, que fez uma abordagem naturalizada do território, ligado ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, ao crescimento espacial dos Estados. Vale apenas chamar a atenção, mais uma vez, para o caráter ideológico evidente no discurso e na Geografia ratzeliana, que em alguns momentos justifica o expansionismo do Estado alemão” (RIBAS, 2000, p. 170).

naturalista do território pela posse do solo (controle do espaço) e pela política na escala (inter)nacional. Para Sorre, território-região tem uma concepção possibilista cujos vínculos homem e meio explica a permanência pelo ecúmeno. Por fim, temos hoje a concepção do território relacional e multiescalar balizado em Raffestin (1984) pelo sistema territorial (tessituras, nós e redes) que dá mobilidade e comunicação às redes materiais e imateriais da coexistência humana e suas artificialidades.

Todavia, a mobilidade territorial na modernidade pode ser uma perturbação das noções de *habitat* (meio⁶) e de trabalho (subsistência) na nova ordem global (flexibilização e tecnificação), não atendendo as necessidades dos migrantes. Dentre eles destacamos o camponês⁷, como um errante da mobilidade rural-rural, rural-urbana e urbana-industrial apreendido pelas ciências humanas como em Guedes (2013) e em Martins (1983). São sujeitos sem direito ao *habitat* e sem condições de trabalho digno, sendo forçados a estarem em mobilidade constante, sempre em busca da sobrevivência individual/familiar (SOUSA, 2016).

Visualizamos mobilidade e instabilidade com características próximas ao conceito de Max Sorre em Guedes (2013), sendo reveladoras na exemplificação da análise na perturbação do *habitat*/moradia e das condições de trabalho no capitalismo vigente. Nesse sentido, conforme Guedes (2013), a mobilidade espacial do campesinato brasileiro apresenta traços de nomadismo (deslocamento como recurso). Porém, alguns camponeses posseiros buscam incessantemente a permanência. Com isso, sempre estando em condições adversas ao capital, logo se desterritorializando constantemente (perda do domicílio, conflito com o patrão, mal remuneração, trabalho insalubre, perseguições, entre outros).

Já, Martins (1983, p. 17) afirma que “o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante e é itinerante”. Ao nosso ver, o camponês, por não ter acesso à terra e as formas dignas de trabalho (nem em Guedes e muito menos em Martins), vive um constante, frenético e esquizofrênico des-re-territorializar⁸. Este contexto de luta pela terra difere do imigrante japonês e seus descendentes no país que não participava de movimentos sociais. Porém, compreendemos a mobilidade do nipo-brasileiro desde quando era colono para o café, e que somente se tornou sitiante com o trabalho familiar e com as práticas da solidariedade da comunidade étnica no Brasil. Logo depois, alguns deles realizaram a migração rural-urbana com pequenos negócios no comércio da cidade. Tudo isso foi realizado de forma coletiva (colônia ou tutelada pelo Estado japonês) e, em menor proporção, pelo esforço individual/familiar (próprio/condição).

De modo geral, tradicionalmente a circulação de grupos humanos é objeto de estudo da geografia, conforme Becker (1997). Desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos, o homem se põe em movimento seja: a) pela hegemonia do território; b) porque fogem de perseguições étnicas; c) para procuram obter novas terras em outro local; d) por buscarem melhores oportunidades de trabalhos; e) ou simplesmente são nômades. Contudo, os fatores estruturais (econômicos e políticos) condicionam o surgimento e o desdobramento dos fluxos migratórios (inter)nacionais, que neste caso visualizamos os nipônicos no Brasil.

⁶ Sobre o estudo do meio na geografia humana, levamos em consideração, o meio social indissociável do meio natural. Segundo Sorre (2008, p. 140), “ao estudar o meio natural vem somar-se o domínio do meio social, ou melhor dito, dos meios sociais. Quantos fatos ficam inteligíveis se não se considera sua influência! Nossa a ideia de ambiente se enriquece e se complexifica, já indicou Vidal de La Blache ao referir-se ao meio natural”. Dessa complexa noção de meio natural e meio social emergiram conceitos fundamentais na geografia humana como: o de situação, a ideia de área de extensão e, por fim, o conceito ligado às atividades humanas e as propriedades do meio, o gênero de vida.

⁷ O imigrante japonês não foi camponês, no máximo lavrador, porque não era posseiro e nem fez parte da luta pela terra, como o trabalhador brasileiro. Era um lavrador arrendatário que, posteriormente, pelo pequeno capital e de forma coletiva/familiar adquiriu o primeiro lote de terra. Sem questionar o capitalismo, latifúndio e o êxodo rural.

⁸ Conforme Martins (1979, 1983 e 1986).

Portanto, ressaltamos as migrações internas visando a busca pela (re)territorialização que ocorreram no Brasil, nas décadas de 1950/60, com intensos fluxos populacionais marcados pela crescente concentração fundiária e pela industrialização nos centros urbanos do sudeste brasileiro. Tal escassez de terras rurais eclodiu movimentos sociais de resistências como o MST (Movimento dos Sem-Terra). Portanto, os deslocamentos interestaduais deram-se em 1970/80 pelas migrações de nordestinos para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e de sulista para o Centro-Oeste e Amazônia (BECKER, 1997). Já em 1980/90 emergiu o fenômeno das migrações pendulares (intermunicipais) e emigração brasileira para o centro da economia-mundo (Estados Unidos – União Europeia – Japão).

Essas migrações internas/externas têm em Sorre (1984) a compreensão dos deslocamentos pelas novas formas de colonização em áreas desocupadas e pela monocultura típicas de empresas de colonização no capitalismo moderno/racionalizado. Mas acrescentamos aos argumentos de Sorre que, sobretudo, temos na expropriação do homem do campo o ápice da grande mobilidade interna no Brasil, sendo que esses sujeitos ficavam perambulando no território nacional a procura de *habitat* e de trabalho, logo a mercê do capital e suas formas de controle/exploração.

Qual a razão arbitrária para recusar aos deslocamentos de mão-de-obra rural ou ao êxodo rural o nome das migrações que o uso comum lhes confere? Com muita razão, o geógrafo atento às condições de povoamento da Terra não consentiria em levantar barreiras entre os fatos de invasão ou de colonização e as migrações. Houve sem dúvida invasões militares sem futuro, houve formas de colonização que visam exclusivamente à exploração, sem transferência de grupo humano. Mas quantas invasões não foram, pura e simplesmente, translações de povos? E o que dizer das colônias de povoamento? O geógrafo não pode se isolar num atualismo estreito. Para ele “as migrações são a expressão da mobilidade do ecúmeno” (SORRE, 1984, p. 125).

Eis que esses deslocamentos populacionais (inter)nacionais em busca de trabalho nos chama atenção para fazermos a distinção entre migrações permanentes e migrações temporárias, conforme poderemos visualizar ambas, na migração do *nikkei* no território brasileiro pela sua incessante busca da mobilidade-permanência. A busca por condições materiais de reprodução social articulada as forças sociais e produtivas locais dadas pelo modo de produção, favoreceu a possibilidade da espacialização dos migrantes, efetivando a permanência dele no novo território pela interação sociedade e natureza.

A permanência proporcionada pela dinâmica migratória tem centralidade no *habitat*/equilíbrio (na terra habitável em Sorre) em um determinado espaço geográfico, tanto para os homens quanto para os animais, que fazem os deslocamentos sazonais ou permanentes. A migração dos homens tem sua matriz histórica pelos movimentos migratórios para a “terra prometida” em busca de ouro ou de terras virgens. Os deslocamentos de animais têm na explicação ecológica a circulação pelo planeta (aves e peixes) para alimentação e reprodução biológica. Para Sorre (1984, p. 127), “a mobilidade dos elementos da cobertura vegetal exige que se recorra a uma explicação histórica”, por conta das interferências ocorridas no uso e ocupação do solo pelos homens, transformando a primeira natureza em segunda natureza.

A dialética mobilidade-permanência sob o viés ecológico e histórico nos interessa mais, pela explicação histórica que são dos homens⁹, vista pelo o sistema econômico capitalista que é contraditória, desigual e combinada.

⁹ “O homem da Geografia é o homem das conexões e dos conjuntos. Conexões próximas entre os elementos das combinações locais (relevo, clima, vegetação, obras do homem), conexões remotas entre os fatos de toda a classe na superfície da Terra (a prosperidade das sementeiras europeias depende da marcha das depressões oriundas das

O movimento surge como única realidade, a permanência como ilusão causada pela mobilidade atenuada, imperceptível, e às vezes também pelo emprego simultâneo de duas escalas diferentes de mobilidade. A estabilidade, expressão de um equilíbrio precário de forças, é sempre relativa, jamais absoluta. A análise ecológica, instrumento essencial do geógrafo, deve ser esclarecida pelo conhecimento da evolução. Em contrapartida, é bem verdade que o conhecimento de cada um dos momentos passados, objeto das disciplinas históricas, reclama um sentido ecológico. Mas não é este nosso propósito agora. A explicação científica do complexo local não se satisfaz com uma visão estática: é necessário acrescentar a ela o sentido da mobilidade e, portanto, das migrações (SORRE, 1984, p. 128).

Dialeticamente, a permanência é a negação da mobilidade. O *habitat* para os grupos humanos é a sua estabilidade no território sendo a expressão do arraigamento. A permanência imprimiu a superação das adversidades e possibilitou o enquadramento do sujeito migrante no desenvolvimento territorial do lugar pelas suas territorialidades e pelas suas constituições de redes (migratória/social) no campo e na cidade. Em geral, o deslocamento de certa forma desestabiliza o *habitat*, porém, não existe mobilidade sem condições de residência/pouso, mesmo que precário. A dialética mobilidade-permanência está presente na dinâmica do território, conduzindo a mobilidade populacional nos estudos geográficos.

Todavia, a mobilidade e a permanência no interior do estado de São Paulo, em meados da década de 1920-40, como nos diria Monbeig (1998), perpassam pela conformação do “território-região” em área de fronteira agrícola, de frentes de ocupação e povoamento e de empresas de colonização. Se aproxima da abordagem de Sorre (1984), porque seus procedimentos teóricos e metodológicos na formação do território, levam em consideração as explicações sociais (homem) e as explicações naturais (ecológicas), na ocupação do espaço geográfico pela colonização via terras virgens e monocultura. Monbeig (1998) compreende o “território” numa concepção areal pela delimitação política e administrativa. Nessa perspectiva, Saquet (2007) analisou o avanço da marcha pioneira para o povoamento no interior paulista e, nesse espaço, floresta e homens se confundiam na formação territorial. Por sua vez, ao nosso ver, a temática colonização-migração-natureza liga teórico-metodologicamente os autores Pierre Monbeig e Marx Sorre.

A propósito, há similaridade com Monbeig (1998[1952]). Para este pesquisador, o conceito de região é central. No entanto, ao se referir às relações sociais, está apreendendo aspectos da dinâmica socioespacial e de relações de poder: uma região corresponde ao enraizamento, aos interesses materiais de fazendeiros e comerciantes em sua área de atuação, mantendo as relações diversas e constantes com os responsáveis pelas ferrovias, por exemplo. Adota o conceito de franja pioneira, em consonância com Isaiah Bowman: o processo de colonização tem irregularidades e direções confusas, sem um front regular (SAQUET, 2007, p. 65).

A concepção de “território” em Monbeig tem uma abordagem material por intermédio de zonas de ocupação social, cujo movimento no espaço se deu pela penetração dos migrantes vias redes de circulação (estradas e ferrovias), favorecendo, assim, a mobilidade-permanência com o processo de colonização e a monocultura do café e do algodão no interior paulista, nele visualizamos os migrantes japoneses e seus descendentes (*nikkei*). Para Saquet (2007), as

Américas)” [...] “A Geografia humana registra a repercussão em todas as partes dos acontecimentos que ocorrem nos países mais distantes, independente que envolva todos os pontos do ecúmeno, sua tendência sintética não nos convida separar jamais os traços da ordem humana do seu contexto físico e vivo” (SORRE, 1984, p.138).

relações de poder na franja pioneira eram dívidas entre o Estado e as forças marginais no controle da produção de mercadorias, da contratação da mão-de-obra e da posse da terra.

Em síntese, visualizamos que é dentro deste contexto complexo que encontramos os japoneses e seus descendentes na frente de expansão paulista construindo os seus territórios (colônia, sítio, associação nipo-brasileira, produção de mercadorias, entre outros) a partir da mobilidade espacial/social efetivada pelo desenvolvimento regional balizado em terras virgens e baratas, dando possibilidade do migrante de permanência no Oeste Paulista, em especial em Presidente Prudente/SP, como pequeno sitiante. E a leitura dos clássicos da geografia se faz necessária para compreender esse território de múltiplas mobilidades.

Referências bibliográficas.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos. INÁ, E. C et al (Orgs) **Explorações geográfica**: percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUEDES, A. D. **O trecho, as mães e os papéis**: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise no Brasil Agrário**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Não há terra para plantar neste verão** - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. **O cativoiro da Terra**. São Paulo, Hucitec, 1979

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, E. E.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2010.

SOUSA, A. A. **Território e mobilidade social**: o *nikkei* como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP. Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 2010 (Dissertação de Mestrado).

_____. Mobilidade e território: subsídios teórico-metodológico para compreender a mobilidade populacional. Presidente Prudente/SP: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.113-127, ago./dez. 2016.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

Recebido em: 16/04/2020

Aprovado para publicação em: 31/07/2020